

Ata dos trabalhos da Reunião Pública Ordinária da Câmara Municipal de Nova Lima. No dia primeiro de novembro de dois mil e onze, às dezoito horas e quinze minutos, reuniu-se a Câmara em sua Sede, achando-se constituída a sua Mesa Diretora pelos senhores vereadores: Nélio Aurélio de Souza – Presidente, Renato Faria Silva – Vice-Presidente e Luciano Vitor Gomes – Secretário. Sob a proteção de Deus, o Senhor Presidente abriu os trabalhos e solicitou a chamada dos vereadores presentes; constatando-se a existência de número legal conforme as assinaturas apostas no livro próprio, verificando-se a ausência justificada do vereador Ronaldo Gonçalves Marques. O Senhor Secretário determinou a leitura da Ata da Reunião Ordinária do dia dezoito de outubro de dois mil e onze. Em votação, foi aprovada. Logo após, o Senhor Secretário proferiu leitura do Ofício DG-1935/2011 do DER referente a ofício emitido pela Casa de nº 045/11. O Senhor Secretário esclareceu que é sobre requerimento do vereador José Guedes sobre a melhoria no Trevo Nova Lima / Raposos / Rio Acima. O vereador Marcelino Antônio Edwirges parabenizou o DER. Disse que a intervenção foi possível graças à manifestação feita, inclusive com a paralisação do trânsito no local. Afirmou que é bom o povo entender a força que tem quando usada coletivamente. O vereador José Guedes relatou que visitou a obra, viu que é simples e barata, mas resolverá o problema do trânsito no trevo. Lembrou do manifesto ocorrido no local e disse que o povo tem uma força tremenda. Ressaltou que a Câmara solicitou esta obra inúmeras vezes, pois pessoas já morreram e outras sofreram acidentes. Falou que espera que o DER continue as obras na MG 030 porque a estrada está acabando. Continuando, o Senhor Presidente solicitou a leitura da proposição que deu entrada na Casa: Projeto de Lei nº 1.178/2011, autoria do vereador José Guedes, que “Dá denominação à via pública que menciona” – Rua Clemer Gouvêa. Encaminhado à Comissão de Legislação e Justiça para emissão de parecer. O vereador Luciano Vitor Gomes parabenizou o

vereador José Guedes pela iniciativa. Recordou que no momento de perda falou da vida de Dona Clemer e solicitou ao autor permissão para assinar o projeto. O vereador José Guedes permitiu. O vereador Marcelino Antônio Edwirges lembrou que na última sessão solicitou a confecção de parecer conjunto referente ao projeto do monitoramento externo dos bancos devido à gravidade dos acontecimentos na cidade. Declarou que estranhou a ausência da proposição na pauta, visto que sua solicitação foi aprovada pela Casa. O vereador Cássio Magnani Júnior informou que o projeto não chegou as suas mãos. O vereador Renato Faria Silva pediu desculpas, afirmou que a falha é dele, pois não passou a proposição ao relator. O vereador Marcelino registrou que o projeto tem um enorme alcance social e o objetivo de proteger os munícipes. Solicitou para a próxima reunião que façam o parecer conjunto e votem em primeiro e segundo turno. Prosseguindo, o Senhor Presidente solicitou a leitura dos Pareceres da Comissão de Legislação e Justiça referente aos: 1) Projeto de Lei nº 1.172/2011, que “Institui o Programa Municipal de Desenvolvimento da Produção Artesanal e Orgânica Associada ao Turismo – Pró-Artesão”; 2) Projeto de Lei nº 1.176/2011, que “Dá denominação à via pública que menciona” – Rua Rita Almeida Duarte. A comissão emitiu parecer favorável à tramitação de ambas proposições que foram encaminhadas à Comissão de Serviços Públicos Municipais. Na seqüência, o Senhor Presidente colocou em discussão e votação o Projeto de Lei nº 1.149/2011, que “Altera a Lei Municipal nº 1.714/2002, institui a Reforma Administrativa, criando a Secretaria Municipal de Turismo, SEMTUR, as Unidades Administrativas e Cargos em Comissão infradescritos, além de dar outras providências”. Em discussão, o vereador José Raimundo Martins ressaltou o sucesso do trabalho e eventos realizados por esta secretaria. Solicitou ao Senhor Presidente, caso seja aprovado em primeira votação, que submeta a segunda ao Plenário. O vereador Luciano Vitor Gomes destacou que o turismo é uma das vocações

e opções para a geração de emprego, renda e fomento do município. Afirmou que o governo municipal acerta em transformar o departamento de turismo numa secretaria, ação que aumenta investimentos e dá status para participar de discussões metropolitanas. Registrou seu voto favorável e parabenizou, enquanto ex-funcionário da Divisão de Turismo, o governo pela iniciativa. O vereador Cássio Magnani Júnior destacou a importância da criação de uma secretaria para o turismo. Informou que um diagnóstico do município, feito pelo Sebrae, aponta o turismo ecológico como uma das fontes e alternativas de desenvolvimento para Nova Lima. Recordou que quando a Clemer Otero esteve no turismo da prefeitura fez Nova Lima passar por momentos belíssimos: Mulata de Ouro, Nova-limense Ausente, Festival da Canção, eventos que traziam para a cidade inúmeras pessoas de diversas regiões do estado e do país. Salientou a riqueza ecológica de Nova Lima e registrou que paralelamente à criação da secretaria, para a implantação do turismo ecológico, o município deve adotar medidas que travem o desenvolvimento e a ganância imobiliária devastantes, preservando reservas ecológicas, recantos, trilhas, riachos, toda fauna e flora. Declarou que a elevação da unidade para secretaria veio em bom tempo, mas o município deve estabelecer políticas de preservação e combate ao monopólio de terras das duas grandes empresas que serve somente aos grandes empreendimentos imobiliários para alojar demanda populacional de fora e pouco beneficia a cidade. Em primeira votação, aprovado por 08 votos. O Plenário, consultado pelo Senhor Presidente, conforme solicitação do vereador José Raimundo Martins, permitiu fosse feita a segunda votação. Em segunda votação, aprovado por 08 votos e encaminhado à sanção. O vereador Sandro Lima, como líder do governo, solicitou que o projeto referente à criação da Secretaria de Trabalho e Renda entre na pauta da próxima reunião para ser votado em primeiro e segundo turno com a dispensa de interstício. O Senhor Presidente disse que a

solicitação será atendida. O vereador Marcelino Antônio Edwirges informou que esclareceria uma polêmica que pairou na Casa na última semana. Contou que na reunião passada convocaram o Secretário Gilson para discutir algumas questões, entre elas o orçamento da secretaria. Falou aos funcionários do pátio presentes que a polêmica foi esclarecida, o secretário prontamente atendeu o chamado da Comissão de Orçamento, Finanças e Tomada de Contas que cuida da questão orçamentária do município. Relatou que pessoas mal intencionadas induziram o secretário, elaboraram inúmeras especulações e fizeram um cavalo de batalha. Disse que esta comissão tem cumprido seu papel e chamado vários secretários à Câmara ao longo dos seus dois mandatos na Casa. Expôs que ficou resolvido que algumas questões que ainda pairam e transcendem a Câmara precisam de uma mudança de postura do governo. Explicou que são questões provenientes de décadas passadas, o que não significa que não devem preparar o futuro. Parabenizou a postura do secretário que entendeu que a medição de força não é salutar para o Executivo, nem para o Legislativo. Afirmou que ficou acertado que outras questões serão levantadas em reunião exclusiva da comissão com o secretário. Agradeceu a compreensão do secretário, todos os vereadores que participaram da reunião que foi muito proveitosa para o município. Registrou que o momento é polêmico, há pessoas que desejam que questões simples se transformem numa medição de força, o que não é o intuito da comissão. O Senhor Presidente propôs requerimento à prefeitura e Copasa baseado na liminar expedida pelo Dr. Átila. Relatou que a Copasa está se recusando a ligar água para algumas pessoas menos favorecidas, quando é obrigada por uma liminar judicial a ligar para qualquer cidadão, pois água é necessidade básica para a sobrevivência humana. Afirmou que devem lembrar a Copasa e a prefeitura de que precisam cumprir a liminar que não foi cassada. O vereador Marcelino Antônio Edwirges relatou que precisou acionar a justiça para que a Copasa cumprisse a

liminar. O vereador Renato Faria Silva declarou que não aguenta ouvir falar em Copasa, pois ela dificulta tudo que é para o pobre em Nova Lima. Com relação ao esgotamento sanitário, lembrou que foi aquela polêmica. Relatou que no Jardim Canadá se paga cinquenta por cento a mais na conta de água para ter esgoto. Informou que no bairro há várias ruas sem esgoto, ou seja, a Copasa recebe e não faz, o que é roubo, um crime que devia ser denunciado. Registrou que as pessoas do Jardim Canadá devem fazer uma ação popular contra a Copasa porque estão sendo lesadas. Afirmou que já falou duzentas mil vezes que não vota a favor da Copasa cobrar taxa antes de fazer a rede de esgoto. O vereador José Guedes salientou que a Copasa queria empurrar goela abaixo dos nova-limenses a instalação do esgoto e cobrar taxa antes de fazer o serviço. Registrou: “gostaria de falar certas coisas na reunião com o Sr. Gilson, ponderei, um absurdo em Nova Lima foi aquela obra, está na placa oitenta e um milhões, pergunto de quem é aquele terreno, não é irregular porque por trás tem muitos milionários. Se a Câmara olhar a fundo são centenas de irregularidades em Nova Lima. Participei do processo do Belarmino, fizemos ofícios, pedimos, requeremos a água da Copasa, a associação de bairro fez levantamento e aquele povo está tomando água podre por causa das fossas. A Copasa devia ter vergonha, fazer esgoto e colocar água para o povo pobre, já tem vinte e duas moradias, setenta lotes vendidos. Aquela obra dos oitenta e um milhões, fizeram a covardia com o Villa Nova Atlético Clube de aterrar os três campos do centro de treinamento e ninguém levantou este fato a não ser este vereador. Não fazem quase nada para o Villa e quando o clube tem três campos do tamanho do Mineirão, cento e vinte por setenta, tudo com terraplanagem, água, talude, aterram, a Covan foi embora e ninguém falou nada. Espero que a Copasa e a prefeitura coloquem água e esgoto para o povo do Belarmino, pois ninguém merece tomar água podre”. Requerimento aprovado por 07 votos. O Senhor Presidente lembrou que a Câmara

votou a lei que determina a instalação de limitadores de abertura em janelas de ônibus, vans e veículos de transporte coletivo escolar de crianças e adolescentes, já passaram três meses e nada fizeram. Nada mais havendo a tratar, agradeceu a presença de todos e, sob a proteção de Deus, declarou encerrada a reunião. \_\_\_\_\_